



Variações na (re)produção do espaço pelas comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Brasil

*Variations in (re)production of space by the traditional
communities from Lençóis Maranhenses National Park, Brasil*

*Variaciones en la (re)producción de espacio por las
comunidades tradicionales del Parque Nacional Lençóis
Maranhenses, Brasil*

Karlla Fabianna Lima Santos

Universidade Federal Fluminense

Luiz Renato Vallejo

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este documento apresenta os resultados de pesquisas realizadas em comunidades situadas no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), no Brasil, uma Unidade de Conservação de proteção integral. O objetivo foi compreender os modos de vida tradicionais dessas comunidades, analisando sua interação com o ambiente, as atividades geradoras de renda e as relações sociais de permanência no território. O cotidiano dessas comunidades evidenciou transformações devido às restrições em certas atividades e à entrada de novos mercados, como o turismo, e crescentes interesses imobiliários. Utilizando entrevistas semiestruturadas e observação participante, conduzidas em quatro comunidades próximas à faixa litorânea ao leste do município de Barreirinhas, nomeadamente Canto do Atins, Ponta do Mangue, Santo Inácio e Atins, constatou-se que compartilham uma abordagem semelhante na relação com a natureza, vinculada ao mercado turístico e à identidade cultural pesqueira, mas enfrentam desafios à sua permanência.

Palavras- Chave: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Unidade de Conservação. Território.

Abstract: This document presents the results of research conducted in communities located inside the National Park of Lençóis Maranhenses (PNLM), a Protection Conservation Unit. The aim was to understand the traditional ways of living in these communities, analyzing their interaction with the environment, income-generating activities and social permanence relations in the territory. The daily life of these communities has seen transformations due to restrictions on certain activities and the entry of new markets, such as tourism, and growing real estate interests. Using semi-structured interviews and participant observation, conducted in four communities near the coastline to the east of Barreirinhas city, namely Canto do Atins, Ponta do Mangue, Santo Inácio and Atins it was found that they share a similar approach in relation to nature, linked to the tourist market and to the fishing cultural identity, but facing challenges to their permanence.

Keywords: Lençóis Maranhenses National Park. Conservation Unit. Territory.

Resumen: Este documento presenta los resultados de investigaciones realizadas en comunidades ubicadas dentro del Parque Nacional Lençóis Maranhenses (PNLM), una Unidad de Conservación integralmente protegida. El objetivo fue comprender los modos de vida tradicionales de estas comunidades, analizando su interacción con el medio ambiente, las actividades generadoras de renta y las relaciones sociales de permanencia en el territorio. La vida cotidiana de estas comunidades mostró transformaciones debido a las restricciones a ciertas actividades y la entrada de nuevos mercados, como el turismo, y crecientes intereses inmobiliarios. Mediante entrevistas semiestructuradas y observación participante, realizadas en cuatro comunidades cercanas a la franja costera al este del municipio de Barreirinhas, a saber, Canto do Atins, Ponta do Mangue, Santo Inácio y Atins, se constató que comparten un enfoque similar a su relación con la naturaleza, vinculada al mercado turístico y a la identidad cultural pesquera, pero enfrentan desafíos para su permanencia.

Palabras clave: Parque Nacional Lençóis Maranhenses. Unidad de Conservación. Territorio.

Introdução

As áreas protegidas (AP) têm evoluído ao longo do tempo, passando de uma motivação religiosa, histórica, ideológica ou estética para uma preocupação com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade como essência da manutenção da vida terrestre. Essas áreas desempenham um papel fundamental na proteção, preservação dos ecossistemas e promoção do desenvolvimento sustentável do mundo. A tecnologia ainda desempenha um papel importante na busca por soluções para os problemas ambientais, mas a conservação da natureza vai, além disso, envolvendo mudanças de comportamento, atitudes individuais e coletivas, aplicação e efetividade das políticas públicas de proteção à natureza.

Para Castro Junior et al. (2012, p. 31), por conta da “[...] sucessão de relações sociedade/ambiente geograficamente situadas, a natureza tem sido bastante alterada ao longo dos tempos, enfrentando frequência e magnitude crescentes.”

No Brasil, em um estágio inicial, foi adotado o modelo norte-americano de estabelecimento de Áreas Protegidas, embora tenham sido rotuladas como Unidades de Conservação (UC). É importante destacar que, no contexto brasileiro, a referência a Áreas Protegidas frequentemente engloba outros tipos de territórios protegidos, como Terras Indígenas, áreas de reserva legal e territórios quilombolas, áreas de preservação permanente entre outros. Conforme observado por Drummond et al. (2006), o conceito abrange uma variedade de espaços que desempenham um papel crucial na conservação da diversidade biológica e sociocultural.

De acordo com Pádua (1997), a escolha do termo “unidades de conservação” foi feita com o propósito de distinguir essa categoria da denominação “Área de Preservação Permanente” (APP), que já estava definida nos artigos do Código Florestal. Naquela época, o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) optou por adotar a designação “unidades de conservação” para identificar diversas categorias de gestão/manejo, tais como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Florestas Nacionais, Parques de Caça e Reservas Florestais, que estavam em vigor naquele período.

A criação de uma UC no Brasil não garante sua efetiva implementação, sendo imperativo que a entidade gestora estabeleça condições

como infraestrutura, pessoal qualificado e regularização fundiária, conforme apontado por Silveira et al. (2010). Medeiros (2006) destaca desafios na administração das UCs, enquanto Brockelman e Griffiths (2002) apontam a insuficiência na fiscalização como obstáculo principal. A posse de terra, falta de infraestrutura, pessoal ativo, ausência de planos de manejo e recursos inadequados são reconhecidos como lacunas que afetam a efetividade das UCs no Brasil, segundo *Young* e Medeiros (2018).

É vital uma abordagem inclusiva na gestão de áreas protegidas, considerando identidades e modos de vida tradicionais das comunidades. Políticas públicas devem garantir acesso a direitos fundamentais, como saneamento, renda, educação e saúde, para reconhecer essas comunidades como atores de direito e cidadãos. Uma transformação paradigmática do direito é necessária para preservar tradições culturais e internalizar novos valores.

Os conflitos resultantes da criação de UCs têm origem na imposição de restrições a comunidades heterogêneas, limitando a capacidade de manter terras e melhorar a qualidade de vida. Disputas também decorrem da presença de forasteiros, frequentemente ligados ao turismo e dinâmicas de mercado. Esses cenários conflituosos não se restringem à perspectiva turística, mas também resultam de políticas injustas dirigidas às populações locais e comunitárias. Características comunitárias, como solidariedade e laços familiares, são destacadas por Comerford (2005, p. 112).

Em resumo, superar desafios nas UCs requer não apenas soluções práticas, mas uma abordagem inclusiva, reconhecendo as comunidades e preservando suas tradições em um contexto de pressões externas.

Dentro desse contexto, o principal objetivo deste artigo é compreender e analisar os modos de vida nas comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e sua relação com o ambiente em que vivem. Entender a reprodução dos modos de vida tradicional implica em possibilitar uma classificação visando identificar como as atividades de subsistência e as dinâmicas dos novos mercados de consumos as quais participam, impactam as áreas naturais protegidas, permitindo assim uma abordagem mais eficaz na preservação e na conciliação dos interesses das comunidades através de mecanismos que permitam a reprodução dos modos de vida locais com a conservação ambiental.

O PNLM e as questões territoriais

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses está localizado no litoral leste, região costeira do Estado do Maranhão, abrangendo uma extensão de 155.000 hectares com um perímetro de cerca de 270 quilômetros (Figura 1). Ele engloba os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). A gestão desta UC é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), autarquia pública federal. Os principais biomas e ecossistemas presentes são os manguezais, cerrados, restingas e dunas. As atividades realizadas no parque incluem o uso público, fiscalização e pesquisas. Além disso, existem atividades conflitantes listadas no Plano de Manejo, como a pesca (tanto artesanal quanto industrial), o extrativismo, o desmatamento de manguezais, ocupações irregulares, turismo, entre outras (ICMBIO, 2004).

Os limites do parque e o seu zoneamento têm relação direta com os usos, observando-se que a zona de uso intensivo está posicionada dentro da zona de amortecimento, onde se concentram as comunidades abordadas nesta pesquisa.

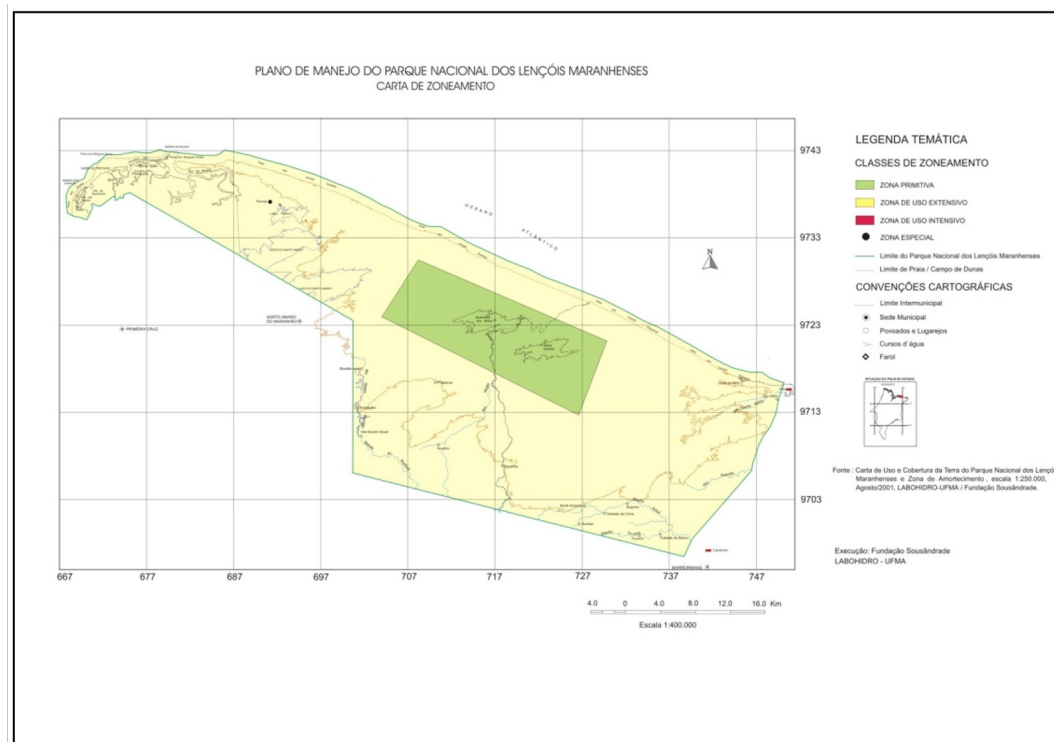


Figura 1 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (classes de zoneamento)

Fonte: LABOHIDRO, 2020

O Parque abriga 20 povoados com aproximadamente 1.698 pessoas e 488 residências, segundo o Plano de Manejo de 2004. Contudo, uma nova demarcação pelo Ministério Público Federal elevou o número de habitantes para 2.603 em 2023. O MPF/MA propôs um acordo, liderado pelo ICMBio, para criar um grupo de trabalho com representantes das comunidades tradicionais. O objetivo seria elaborar um termo de compromisso, realizar um levantamento fundiário abrangente, identificando membros das comunidades, e revisar o Plano de Manejo para incluir considerações específicas. Apesar de residirem antes da criação do parque, as comunidades não têm títulos de terra, e há construções irregulares, o que é uma prática comum nessa realidade social.

Vale ressaltar que, segundo o zoneamento de uso público do parque (ICMBio, 2020), as comunidades foco desse estudo, estão localizadas próximas a zona de uso intensivo (como pode ser observado na Figura 1) com a exceção da comunidade Canto do Atins, as comunidades de Ponta Mangue, Santo Inácio e Atins estão fora dos limites definidos do parque, pertencentes a zona de amortecimento, que por sua vez causa impactos direto ao parque por se tratar de uma área com grandes fluxos e dinâmicas do mercado turístico.

A zona de uso intensivo em sua definição refere-se a uma área caracterizada pela presença de ambientes naturais ou modificada pela intervenção humana. O princípio orientador é manter esse ambiente tão próximo de sua condição natural quanto possível, incluindo áreas designadas para usos públicos. O objetivo central do manejo é viabilizar atividades como recreação e educação ambiental de forma harmoniosa com o entorno. Além disso, o manejo busca fornecer a infraestrutura e os equipamentos necessários para apoiar as atividades de administração e fiscalização, garantindo assim uma gestão eficaz e sustentável dessas áreas (ICMBIO, 2020).

As comunidades são toleradas, mas as restrições impostas aos seus modos de vida tradicionais são tão severas e altamente fiscalizadas pelos órgãos gestores, que muitas vezes são forçadas a migrar “voluntariamente”, aumentando assim o número de desempregados nas áreas urbanas. Para essas comunidades, é incompreensível que suas atividades tradicionais, baseadas na agricultura, pesca, pecuária e extrativismos sejam consideradas prejudiciais à natureza, enquanto atividades turís-

ticas e a construção de hotéis e infraestrutura para atender demandas turísticas, atividades “modernas” são permitidas nessas áreas. Para essas pessoas, esses lugares representam centros de valores e sentimentos, que podem ser desde a antiga casa, o bairro de origem, a cidade natal ou a própria pátria, conforme destacado por Tuan (1983).

Conforme indicado no Plano de Manejo (ICMBIO, 2004), os povoados estão distribuídos em diferentes regiões dentro do PNLM. Na região das praias, encontram-se os povoados de Travosa, Atins, Canto do Atins, Mangue Seco e Santo Inácio. Na região das dunas, os povoados incluem Queimada dos Britos e Baixa Grande. Já na região de restinga, estão localizados os povoados de Buritizal, Betânea, Buriti Amarelo, Tratada de Cima e Tratada de Baixo, de acordo com visitas realizadas e informações obtidas através de entrevistas com o chefe do Parque.

Devido à vasta extensão territorial do PNLM, foi decidido manter uma abordagem regionalizada para facilitar a condução da pesquisa de campo. Nesse contexto, este artigo optou por realizar investigações separadas nos territórios dos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro. Neste momento, serão analisadas as comunidades residentes na região de praias do município de Barreirinhas, que incluem Santo Inácio, Canto do Atins, Atins e Ponta do Mangue. Essa divisão regional permite uma abordagem mais precisa e detalhada das dinâmicas e desafios enfrentados pelas

comunidades locais, obedecendo a características ambientais, dinâmicas de mercado e contextos tradicionais em que vivem, objetivando fornecer uma base sólida para as investigações geográficas em andamento.

A pesquisa propõe aprofundar a compreensão da vida na UC, destacando a importância de conhecer não apenas o modo de vida, mas também as manifestações culturais e o significado do ambiente para as comunidades. Com potencial para beneficiar moradores e pesquisadores futuros, a pesquisa visa fundamentar novos estudos e compreender os conflitos nas UC, adotando uma abordagem de mediação para preservar a natureza e garantir os direitos das comunidades.

Apesar das numerosas pesquisas focadas no PNLM e sua interação com as comunidades, é crucial identificar as atividades econômicas no parque, avaliar seus produtos e métodos de produção. Classificar as co-

munidades em categorias distintas pode subsidiar a implementação de ações de gestão integrada, permitindo uma abordagem mais eficaz na preservação e harmonização dos interesses comunitários e ambientais.

Para atender aos objetivos da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa, e a coleta de informações foi realizada principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. A pesquisa qualitativa proporcionou uma compreensão mais aprofundada dos modos de vida, das perspectivas e das experiências das comunidades locais, permitindo uma análise mais rica e contextualizada das questões em foco.

As entrevistas semiestruturadas proporcionaram um espaço para as pessoas compartilharem suas percepções, histórias e opiniões, enquanto a observação participante permitiu aos pesquisadores uma imersão ativa nas comunidades, possibilitando uma compreensão mais completa de suas práticas e interações cotidianas.

As entrevistas foram orientadas por perguntas centrais que visavam aprofundar a compreensão do contexto investigado. Tais questionamentos incluíam indagações sobre a configuração do território dos Lençóis Maranhenses antes de sua designação como parque, a relevância da proteção ambiental promovida pelo parque, a dinâmica da relação entre a comunidade local e os gestores do ICMBIO, a participação da comunidade em novas atividades de mercado, como o turismo, e a avaliação da qualidade de vida no parque em comparação com períodos anteriores. Adicionalmente,

exploraram-se aspectos relacionados à manutenção de modos de vida tradicionais, incluindo dimensões religiosas e culturais. Estas indagações, fundamentais em uma abordagem de pesquisa qualitativa, proporcionam uma análise aprofundada das complexas interações entre as comunidades locais e o ambiente natural, permitindo a identificação de desafios e oportunidades neste contexto específico.

Produção e reprodução dos modos de vida tradicionais do território do PNLM

As comunidades inseridas no PNLM compartilham como traço comum a subsistência, a qual se baseia em maior ou menor grau na agricultura, pesca e pecuária. Margem e colaboradores (2008) conduziram um

estudo por meio de reuniões realizadas em 13 povoados, que resultou na diferenciação dessas comunidades com base na sua conexão com a paisagem. Essa diferenciação conduziu à categorização em três grupos principais: comunidades da região das praias, da restinga e das dunas.

Essa abordagem proporcionou uma base sólida para as entrevistas e observações conduzidas, permitindo uma análise focada na relação entre o ser humano e a natureza, bem como nas dimensões culturais e simbólicas. O território dessas comunidades está predominantemente ancorado em uma perspectiva naturalista, na qual a comunidade desenvolve suas práticas socioculturais e socioespaciais de acordo com sua história, o período em que estão inseridas e o contexto específico. Isso demonstra como a interação entre as comunidades e o seu ambiente é moldado pela sua historicidade e pelas características naturais do território. Destaca-se que as entrevistas conduzidas durante esta pesquisa, em 2023, ocorreram mediante consentimento informado dos participantes, com autorização expressa para a divulgação dos dados, incluindo o uso de seus nomes reais.

A comunitária Maria do Celso, 73 anos, moradora da Comunidade Ponta do Mangue, relembra a territorialidade do Atins durante a sua infância e relata:

Então, se nós ainda vamos ter doíças, ainda vamos ter muita fatura, porque peixe, eu me criei nisso. Pescando. Pescando, prantando e lavrando. Prantando, pescando e criando. Aqui. No litoral todo. E agora? O Atins é a cidade. Eu estudei, foi no Atins. Conheci o "A" do Atins. Lá onde é o porto da lancha lá fora, que era a casa do final da rua, eram as oito casas que começou aqui. Ali onde é a rua hoje, era só um capinal. Por isso é que o povo briga. O Atins não era de ninguém morar. Era só prantinho e criação. Era pescaria, prantinho e criação. Hoje não, tá cidade, acabou. Meus irmãos, ali no Atins, eu vi tanta batata, tanto machixe, tanta verdura. Era quadra de criado.

O modo de vida das comunidades tradicionais é essencialmente fundamentado em práticas e valores que refletem uma sólida organização moral, destacando o trabalho, a coesão familiar e a relação profunda com a terra como elementos centrais. A reprodução social

dessas comunidades camponesas é um processo contínuo que se desenvolve ao longo do tempo. Mesmo quando se fazem tentativas de alterar a representação da terra, buscando transformá-la em uma mercadoria, a realidade da reprodução social camponesa prevalece, pois o território camponês encontra sua essência na resistência às novas territorialidades que possam surgir na região. Essa dinâmica pode ser ilustrada por meio das minuciosas observações realizadas na comunidade, bem como pelos relatos detalhados dos moradores sobre suas práticas diárias de cultivo.

Nas comunidades onde a água desempenha um papel central, os pescadores contam com barcos à vela, que, nos dias contemporâneos, frequentemente são auxiliados por pequenos motores a gasolina para facilitar a navegação (conforme exemplificado na Figura 2). Esses barcos são utilizados para levar os pescadores até a foz dos rios, onde empregam redes de espera e de lanço na praia, bem como redes de arrasto, conhecidas como “caçoeira,” que são puxadas na área onde as ondas quebram.



Figura 2 - Barco a motor conhecido popularmente como “Rabeta”

Foto: Karlla Fabianna Lima Santos (2023).

Em comunidades onde a pesca é uma atividade secundária, as redes desempenham um papel crucial, sendo usadas tanto nos rios quanto nas lagoas, e também fazem uso de armadilhas para capturar peixes. Os resultados da pesca são transportados em 'cofos', que são sacolas habilmente confeccionadas a partir de folhas de palmeiras, como buriti, babaçu ou carnaúba.

Em algumas comunidades costeiras, como Ponta do Mangue, Atins, Canto do Atins e Santo Inácio, durante os meses mais chuvosos e de menor disponibilidade de pescado, os pescadores frequentemente buscam refúgio em abrigos temporários construídos com madeira e cobertos por palha. Nesses abrigos, permanecem por até cinco dias, adaptando-se às variações sazonais para garantir sua subsistência.

A atividade de pesca, devido à sua capacidade de gerar excedentes e ao fato de ser o componente central da alimentação ao longo do ano, desempenha um papel distintivo em algumas comunidades PNLN. O resultado da pesca artesanal apenas gera esses excedentes durante a temporada de verão, na porção oriental da região. Nesse período, os produtos da pesca fresca são comercializados em Barreirinhas, principalmente, e também fornecidos aos restaurantes de Caburé e Atins, especialmente quando há uma demanda turística significativa.

As três atividades econômicas tradicionais apresentam proporcionalidades diferentes nas comunidades. As localizadas mais próximas da linha de praia, são mais propícias a pesca, como relata Elynajara (presidente da associação de moradores da comunidade de Canto do Atins), sobre a pesca na comunidade:

Eu digo que meus pais, todo mundo aqui vivia de pesca mesmo. Exclusivamente da pesca. O prantio era mais pouco. Porque a pessoa faz roça, plantava mandioca, faz farinha. Mas vivia mesmo era da pesca. Própria do consumo daqui. Olha, aqui dava muito peixe. Esse canto aqui dava muito peixe. Peixe, camarão, tinha demais. Aí todo mundo, meus tios, meus pais, minhas avós, tudo era assim.

Diante da diminuição da disponibilidade de recursos pesqueiros, ocasionada pela sobrepesca praticada por embarcações de outras localidades, a comunidade de Canto do Atins iniciou investimentos na diversificação econômica, com foco na atividade turística, como relata a Elynajara:

Pois aí passou, entrou o turismo, começou o turismo. Foi na época que a gente, ainda tinha canoa, mas dava muito pouco. Então quando a gente começou investir no turismo. Minha tia foi a primeira pessoa a trabalhar com gente aqui, tia Luzia. Aí depois veio o papai. A gente viu que dava, então viemos para cá e viemos embora de vez pro Canto. E a gente vinha, dormia, ia pra Ponta do Manguê e nessa. Resolvemos se mudar de vez para cá mesmo. O papai resolveu fazer um tanque para criar peixe, ali atrás. Acho que era um tanquezinho de 3 metros, não era grande, não era pequeno assim. Um poço. Um belo dia a gente estava aqui, quando o ICMBio chegou. Chegou, não se apresentou, só fez. Chegou, chamou e perguntou de quem era o dono, o papai se apresentou. E eles multaram o papai em 80 mil reais. Aí eu fiquei, eu estava para a escola, eu fui chegando. E quem é esse povo? Aí eu sempre fui muito curioso. Aí fui questionado, não me lembro quem era muito bem, assim. E também eu não lembro o ano também, mas o papai lembra disso. Aí eles se referiram, disse que aqui era um parque, a gente não poderia não poderia fazer esse tipo de açude, não poderia criar os peixes. Até aí a gente não sabia que era parque, que aqui não tinha ninguém que sabia que era parque. E nem o que era um parque. Aí foi multado. Aí quando o papai foi multado, primeirinho foi o papai, foi multado em 80 mil reais. Aí o papai retornou lá em Barreirinha, Colônia de Pescadores e foi vindo, começar. Aí foi que foi surgindo como multas. Aí toda coisa era multa. Era tudo multa, você não pode fazer isso, que você é multado. Você não pode nem fazer uma barraquinha que você é multada. Aí o papai foi, tirou os peixes e tapou a coisa lá. (ENTREVISTA, ELYNAJARA, 2023)

Harvey (2005) destaca a considerável complexidade na gestão do espaço, ressaltando a interação entre o setor público e o empresarial no que ele denomina de “novo empreendedorismo urbano”. Nessa perspectiva, os gestores públicos assumem papéis empreendedores e inovadores em determinadas localidades. Isso resulta em uma dinâmica público-privada centrada em investimento e desenvolvimento, muitas vezes por meio de construção especulativa local.

Em consonância com a reflexão anterior, os questionamentos das comunidades surgem em virtude da autorização governamental para empreendimentos expressivos no setor hoteleiro e de restaurantes, ao

passo que as mesmas oportunidades não são concedidas em igual medida à população local que busca empreender.

Devido à intensa especulação imobiliária e ao crescimento de atividades econômicas contemporâneas, como o turismo, o PNLM frequentemente enfrenta desafios consideráveis. Propostas de modificação nos limites do parque, como o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2019, têm sido apresentadas. O propósito dessas alterações é reduzir a área do parque, incluindo a área de amortecimento, visando legalizar o desenvolvimento de atividades e usos atualmente restritos. Um exemplo disso é a construção de condomínios e resorts dentro dos limites do parque, atividades que atualmente não são permitidas.

Na comunidade de Santo Inácio, situada na zona de amortecimento do PNLM, está em andamento a construção do Condomínio Village do Uma Atins, um empreendimento liderado por um dos empresários mais proeminentes da região (Figura 3). A dinâmica de poder imposta pelo Parque suscita questionamentos, uma vez que, mesmo diante da falta de clareza por parte dos entrevistados e dos gestores do parque, não está claro quem ou por meio de qual documento a construção do condomínio teria sido autorizada.



**Figura 3 - Construção do condomínio Village do Una Atins
(Comunidade de Santo Inácio)**

Foto: Karlla Fabianna Lima Santos (2023).

Os depoimentos evidenciam descontentamentos na comunidade, onde grandes empresários possuem autorização legal para uma ampla gama de atividades dentro do parque. Em contraste, os membros da comunidade sem poder de mercado enfrentam restrições, sendo impossibilitados de expandir suas residências, famílias ou mesmo de ter acesso à energia elétrica. Isso se baseia na prerrogativa da gestão do parque, que alega que tais ações poderiam aumentar a demanda e o fluxo de pessoas para o interior da UC. Em depoimento, Elynajara da Comunidade Canto do Atins, fala sobre as proibições:

Aí entrou Adriano e Yuri e era sempre, todo mundo eles queriam multar. Tudo era multa. Esse povo já aparecia uma multa pra eles. Tudo era uma multa. Quando Yuri chegou nós continuamos aqui fazendo que era pra gente, se a gente fosse fazer um banheiro, tinha que avisar o ICMBio. Se você fosse, mesmo que abrisse a parede da sua casa, porque eles cadastraram e sabiam quantos compartimentos tinha na sua casa. Se você fosse aumentar uma coisa, você tinha que avisar o ICMBio. E fiquemos uma Mercedes, era assim, sufocante esse negócio [...] í foi que a gente começou a saber que a gente tinha direitos também. Porque até então a gente perguntou que a gente

não tinha direito nenhum. Nada. Porque já tinha colocado na cabeça de vocês. Era isso. Que era praticamente uma obrigação. Eles praticamente queriam te obrigar ou fazer de qualquer jeito pra você desistir. Então eles você sufocava tanto que parecia assim que era pra você desistir daquilo. Pra você não criar mais (ENTREVISTA, ELYNAJARA, 2023)

De acordo com Acserlad (2005), os conflitos socioambientais surgem quando ocorre desacordo dentro do contexto espacial das atividades em uma determinada localidade, região ou país. Isso ocorre quando a continuidade de um tipo específico de ocupação do território se vê ameaçada pela forma como outras atividades são conduzidas.

Nas localidades de Ponta do Mangue e Canto do Atins, observa-se uma situação na qual os elementos essenciais para a manutenção dos modos de vida, tanto tradicionais quanto contemporâneos, enfrentam constante repressão e fiscalização por parte do órgão gestor do parque. Em Ponta do Mangue, onde a influência do turismo é menos impactan-

te, os residentes manifestam preocupações relacionadas à disponibilidade e estabilidade da energia elétrica. Nesse contexto, optou-se por soluções, como a implementação de energia solar em colaboração com a distribuidora de energia do estado do Maranhão (Equatorial Energia), conforme evidenciado na figura 3. Entretanto, é digno de nota que a efetividade da energia se restringe à primeira residência que adotou essa forma de energia, coincidentemente a casa da líder da associação comunitária. Este fato gera desconfiança no âmbito associativo.



Figura 4 - Energia solar na comunidade de Ponta do Mangue(leste do PNLM).

Foto: Karlla Fabianna Lima Santos (2023).

As associações mencionadas nas entrevistas exibem uma ampla variedade de representatividades. Frequentemente, a participação ativa dos membros associados é limitada, corroborando as descobertas de Margem et al. (2008, p. 14), que observaram que muitas dessas associações “existem como entidades formalizadas, porém poucas funcionam efetivamente”.

Em diversas comunidades, essas associações atuam como representantes dos residentes, como é o caso de Ponta do Mangue, Atins, Santo Inácio, Queimada dos Britos, Betânia, Buritizal e Queimada

Grande. Por outro lado, em outras localidades, elas representam os produtores, como os apicultores em Ponta do Manguê. Destaca-se que, nas atividades relacionadas à pesca, a colônia dos pescadores desempenha o papel mais proeminente como associação representativa.

A efetivação do PNLN: considerações sobre preservação e territorialidade na política de proteção ambiental

A implementação efetiva da política de preservação nos territórios comunitários impôs limites substanciais à subsistência, indo além das restrições naturais. Contudo, a ausência de soluções alternativas para mitigar o impacto na reprodução do local torna-se evidente. O que anteriormente representava uma natureza coletiva, essencial para a manutenção da vida, foi segregado, adotando uma perspectiva voltada para a vida não humana, desvinculada dos grupos humanos estabelecidos na região. O PNLN, ao implementar os preceitos da Política Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - CNRBMA, 2002; MMA, 2004), incorporou em seu Plano de Manejo (ICMBio, 2004) áreas designadas para a contemplação da natureza preservada, estimulando o turismo e promovendo alterações significativas no tecido comunitário local.

Conforme Phillips (2003), até meados dos anos 1970, o modelo de Áreas Protegidas (APs) difundido globalmente era fundamentado no modelo norte-americano. Nesse contexto, essas áreas eram planejadas e gerenciadas visando a proteção contra o impacto das atividades humanas, excluindo as "local *people*" (pessoas locais), com pouca ênfase nas opiniões e direitos das populações indígenas e das comunidades locais.

Muitas vezes, tais grupos raramente eram consultados ou sequer informados sobre as intenções de gestão dessas áreas.

Na revisão da literatura sobre a interação entre cultura e ambiente na Antropologia, Diegues (2004) não apenas recapitula as diferentes abordagens, mas também examina as produções científicas que provocam discussões acerca do campesinato histórico. O autor destaca como essas teorizações enfatizam a diferenciação de grupos sociais com base em critérios como: a) autonomia em relação à sociedade capitalista e grau de dependência; b) vinculação da cultura ao modo de produção capitalista ou à pequena produção mercantil; c) relação com a natureza, definindo

a territorialidade; d) consideração do território não apenas como espaço de reprodução econômica e relações sociais, mas também como o locus das representações e do imaginário mitológico desses grupos.

A partir desses critérios, Diegues (2004) identifica onze características que conferem singularidade às culturas e sociedades tradicionais, delineando uma noção de tipo ideal. No entanto, ele ressalta que nenhuma dessas culturas existe em estado puro, devido à variabilidade no peso de cada fator e ao grau de articulação com o modo de produção capitalista, que altera a configuração primária dessas culturas. Utilizando um exemplo empírico, Diegues e Arruda (2001) apontam sociedades tradicionais como açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, varjeiros (ribeirinhos não amazônicos) e indígenas.

A partir da historicidade de ocupação apontada por Castro (2012) as comunidades possuem características associadas a grupos sertanejos migrantes do fenômeno da seca dos estados e regiões próximos ao estado do Maranhão, como destaca Castro (2012):

[...] os resultados do processo de ocupação da porção ocidental da costa maranhense foram núcleos comunitários esparsos, como ilhas, de baixa densidade populacional, com duas frentes distintas, que convém destacar. Uma mais antiga [...], associada aos processos de povoamento inicial da colônia, onde o europeu enfrentou o índio, aniquilando-o ou fundindo-o em um novo território não mais indígena, e outra, mais recente, iniciada no final do século XIX, no qual novos espaços são ocupados algures, onde o migrante que escapa dos repetitivos ciclos da seca se fixa, constituindo inicialmente uma territorialidade sertaneja que evolui para o que encontramos hoje (CASTRO, 2012, p.153).

A relação às comunidades do leste do parque (território de Barreirinhas) e o ICMBio também é alvo de conflitos no cotidiano comunitário, conforme relatado pelos moradores e representantes comunitários. Muitos destacam que foram prejudicados desde a implementação do Parque, mencionando restrições à criação de animais e ao cultivo agrícola, que anteriormente eram realizados sem limitações.

A fala da senhora Maria, da comunidade Ponta do Mangue, exemplifica esses desafios.

Agora, o que o parque não é com nós, o CMB, o Capaz do Parque, é essa proibição para o próprio nativo. Sim. Viver. Viver. É isso. Eles querem trazer nós, como é que se diz? Agregado deles. Comandado por eles. Comandado por eles. Que eles podem. Como se eles fossem um complemento do parque. Isso. É isso aí. Eu quero que você me dê nessa parte. nE o parque é nós. **Porque o parque é nós.** Nós que cultivamos. Porque se não existisse nós, não estaria essa maravilha que tem. Se hoje essa natureza existe, é nós que somos donos e nós estamos protegendo. E vamos proteger. (Grifo nosso).

Abordar as populações tradicionais que residem em Unidades de Conservação (UC) de proteção integral, as quais impõem restrições às habitações e aos modos de reprodução social, vai além da mera regularização fundiária para formalizar a posse da terra onde residem e conduzem suas atividades econômicas.

Este contexto envolve o reconhecimento de que essas comunidades, mais do que simplesmente tradicionais, são autênticas comunidades territoriais. Sua reprodução no espaço está intrinsecamente vinculada às configurações territoriais, como destacado pela líder comunitária Maria do Celso ao afirmar: “O parque somos nós.” Isso implica reconhecer a indissociabilidade entre as questões ambientais e a vida humana, constituindo uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar que permeia a interação complexa entre as comunidades tradicionais e os espaços protegidos.

O impacto do turismo tem sido evidente no aceleração dessas transformações, especialmente em Atins, que possui uma maior integração com a atividade turística. De maneira unânime, os entrevistados residentes em Atins expressaram o desejo de realizar uma transição para um estilo de vida mais alinhado com o modelo que emergiu com a atividade turística, mesmo mantendo uma forte identidade ligada à pesca.

Surpreendentemente, nenhum dos entrevistados manifestou oposição ao turismo, mesmo diante da pressão imobiliária sobre suas terras. Contudo, eles se sentem excluídos do processo turístico devido às

dificuldades e restrições encontradas ao tentar obter licenças e autorizações para desenvolver negócios relacionados ao turismo. Além

disso, a falta de instruções técnicas adequadas representa um obstáculo adicional para os comunitários na gestão desses empreendimentos.

Para os comunitários o turismo é considerado uma 'tábua de salvação' à geração de renda (Castro, 2012). As novas demandas, resultantes desse ambiente mais dinâmico, inevitavelmente criam a necessidade de renda, que não pode ser atendida apenas pela atividade pesqueira tradicional devido à redução da oferta de pescado na praia e às limitações dos equipamentos de pesca em águas mais profundas.

Na comunidade Ponta do Mangue, o vínculo com o simbólico e a natureza é mais forte. Nesse contexto, a comunidade se posiciona contra visitas turísticas regulares, apesar de acolher visitantes com simpatia. As soluções para a geração de renda estão intrinsecamente ligadas ao modo de vida, envolvendo práticas como a criação de abelhas nativas, o fortalecimento da colônia de pescadores, métodos agrícolas mais sustentáveis que evitam o uso excessivo do fogo, e a criação de iniciativas lideradas por mulheres para a produção de artesanato e doces.

O impacto do turismo, como destacado por Ruschmann (1997), provoca mudanças significativas nas características socioculturais das comunidades locais. A comercialização das expressões culturais e do modo de vida dos habitantes locais resulta na descaracterização das tradições e na modificação de seus desejos e hábitos, conforme observado no efeito de demonstração.

Nessa perspectiva, Serpa (2002, p. 172) argumenta que o turismo leva as populações locais a recriarem seu cotidiano, e nesse processo, a lógica da indústria turística muitas vezes se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da comunidade e complementa Maria do Celso "quando eu me criei era de um jeito, veio outro, já é de outro jeito e é muito diferente, nós estamos vivendo só um pedacinho bom: o saber, a inteligência e como pode crescer". Maria do Celso refere-se às orientações para melhoria da qualidade de vida.

Essa transformação no cotidiano reflete-se em diversos aspectos, abarcando novos padrões alimentares, vestimentas, utensílios domésticos, métodos de trabalho e meios de transporte. Na região, todas as

comunidades contam com quadriciclos ou Toyotas para se deslocarem entre diferentes localidades. Em muitas situações, esses deslocamentos estão sujeitos a horários restritos para os comunitários, que questionam a existência de normas diferenciadas para turistas que utilizam outro meio de locomoção

conhecido como UTV. Estes veículos *off-road* possuem, no mínimo, dois assentos posicionados lado a lado e são fechados dentro de uma estrutura de gaiola. Altas velocidades, prejuízos à fauna e flora, percursos fora dos caminhos determinados e acidentes com a comunidade são alguns descontentamentos causados pela utilização inadequada desses meios de transporte.

Na perspectiva dos moradores de Atins, conforme evidenciado nas entrevistas, destaca-se a percepção de que a criação da UC integral nos Lençóis Maranhenses foi eficaz para evitar a rápida degradação ambiental. No entanto, aqueles cujas experiências estão fortemente ancoradas nos modos tradicionais e têm limitado contato com as novas dinâmicas do turismo e das cidades veem o território vivido como expropriado, 'tomado' por uma força externa. Essa visão oferece poucas sugestões propositivas para a coexistência, concentrando-se principalmente em preservar a capacidade de reprodução do território sem restrições.

Por outro lado, surgiram propostas mais abrangentes, como a implementação de projetos de capacitação para turismo e artesanato, melhorias na agricultura e pesca, a construção de infraestrutura para facilitar a visitação, a possibilidade de uso turístico de atrativos fora do Plano de Manejo próximo à comunidade, e a autorização para construção e melhoria de moradias e estradas.

Já as comunidades de Ponta do Mangue e Canto do Atins, além de visualizarem novos mercados, como o turismo e a piscicultura, como meios de reprodução da vida, almejam inclusão e permissão para atividades específicas, como a piscicultura determinada pela comunidade, a construção de benfeitorias e novas moradias, a instalação de energia elétrica e a exclusão da área de reprodução de seu território do parque.

As propostas para gestão do território protegido do Parque mostram que as os comunitários vêem a política de preservação como algo irreversível, fiscalizatório e restritivo.

Considerações Finais

Apesar de ainda existirem categorias de proteção integral, tanto de acordo com a IUCN quanto o SNUC, as discussões sobre a presença de pessoas habitando Áreas Protegidas (APs), em especial no Brasil – unidades de conservação – evoluíram no sentido de um amplo reconhecimento do papel fundamental dessas comunidades na

conservação da natureza. Internacionalmente, a perspectiva atual enfatiza a necessidade de compartilhamento na gestão dessas áreas, conferindo aos moradores um status de protagonismo integral na condução desse objetivo.

Além disso, chegou-se ao ponto de considerar uma autonomia significativa para as comunidades, havendo considerável esforço para reconhecer as Áreas Conservadas por Comunidades Locais (ICCA, na sigla em inglês), embora experiências práticas tenham revelado desafios para o sucesso desse modelo. Sob a ótica da autodefinição e dos direitos culturais e territoriais desses grupos sociais, cada vez mais se destaca a conservação tanto da biodiversidade quanto da sociodiversidade como uma questão de natureza.

Na perspectiva de alguns autores, as noções de conservação do ambiente natural entre os conservacionistas e preservacionistas é caracterizada como o manejo científico de ambientes naturais e seus recursos. No entanto, se essa prática de manejo é percebida exclusivamente do ponto de vista científico, tende a considerar as relações entre as diversas sociedades e o meio natural como universalmente análogas. Além disso, sugere que, para ser preservado, o ambiente natural deve ser isolado das interações com as sociedades humanas, contradizendo o estilo de vida de comunidades que ainda dependem diretamente do espaço em que vivem e mantêm, portanto, uma conexão direta com ele.

No contexto da gestão do parque, é essencial considerar que o órgão encarregado de sua manutenção, no desempenho de suas funções, proíbe as comunidades de fazerem uso dos recursos provenientes da área para sua própria subsistência. Isso gera conflitos adicionais, uma vez que as comunidades tradicionais dependem desses recursos naturais em suas atividades cotidianas. Diante da proibição de utilizar tais recursos, as comunidades muitas vezes violam deliberadamente as di-

retrizes do ICMBio, como forma de retaliação. Isso leva o órgão a aplicar multas pelo não cumprimento das orientações, estabelecendo assim uma espécie de impasse. De um lado, o ICMBio cumpre suas atribuições, e do outro, as comunidades tradicionais necessitam dos recursos naturais provenientes do parque.

Além da supervisão exercida pelo órgão gestor do parque, torna-se crucial a implementação de mecanismos instrutivos, como oficinas orientadoras de conservação ambiental e social. As comunidades situadas na região leste do PNLN, próximas à faixa

litorânea e à intensa atividade turística do parque, demandam a existência de instrumentos que facilitem sua integração aos modelos econômicos contemporâneos, especialmente no que diz respeito ao turismo.

Isso se dá pela percepção das comunidades de que estão à margem das interações com o modo de produção capitalista, especialmente no contexto do turismo. Portanto, é essencial implementar estratégias que promovam a inclusão socioeconômica dessas comunidades, considerando as dinâmicas do turismo como uma via potencial para a construção de relações mais integradas e sustentáveis.

Referências bibliográficas

CASTRO JÚNIOR, E. de; COUTINHO, B. H; FREITAS, L. E. de. Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Cécilia Nunes (org.). *Unidade de conservação: abordagens e características geográficas*. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 298.

CASTRO, C. E. de. *A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do parque nacional dos lençóis maranhenses*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

COMERFORD, J. Comunidade rural. In: MOTTA, M. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.112-120

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S, V. (Orgs.) Saberes Tradicionais no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocável*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ICMBio. *Plano de manejo: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Barreirinhas: Ibama, 2004. 1 CD. paginação irregular

ICMBio. *Plano de uso público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Barreirinhas: Ibama, 2022.

IUCN. 2020. *Local Biodiversity Outlooks 2: The contributions of indigenous peoples and local communities to the implementation of the Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and to renewing nature and cultures. A complement to the fifth edition of the Global Biodiversity Outlook*. Forest Peoples Programme, Moreton-in-Marsh. 312p.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final*. Brasília, 2011.

MEDEIROS, R. *Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. ix, p. 25, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1>. Acesso em: 5 jun. 2023.

PÁDUA, M. T. J. Do sistema nacional de unidades de conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (org.). *Dez anos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília, DF: MMA, 2011. p.21-36.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço São Paulo*: Annablume (2005)

PHILLIPS, A. *Turning ideas on their head: the new paradigm for protected areas*. The George Wright Forum, v.20, n.2, p.8-32, 2003.

IUCN. 2021. *World Conservation Congress. Marseille*: IUCN. Disponível em: [URL, se aplicável]. Acesso em: [Data de acesso].

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

Karlla Fabianna Lima Santos

Doutoranda em geografia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em licenciatura e bacharelado em geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Professora Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- substituta, no Instituto de Federal do Maranhão.

Rua 15, casa 52, cohatrac IV, Cep: 65054-460, São Luís Maranhão.

E-mail: karlla04fabianna@gmail.com

Orcid: 0009-0009-9156-8067

Luiz Renato Vallejo

Bacharel em Ciências Biológicas, Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Docente do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF

Rua Vereador Duque Estrada, 114/204, Santa Rosa – Niterói/RJ. Cep: 24240-210.

E-mail: luizrenato@id.uff.br

Orcid: 0000-0002-2411-7436

Recebido para publicação em abril de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.